

Anexo às demonstrações financeiras individuais
para o exercício de 31 de dezembro de 2023

1. Identificação da Identidade

Associação Flor Tâmega Para Apoio a Deficientes, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS pela inscrição nº38/2006 de 29 de março, com o número de identificação fiscal número 504229265, segurança social número 20003962598, com sede na rua Trás das Vinhas nº1 Santa Cruz Trindade Concelho de Chaves, Distrito de Vila Real.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo conselho fiscal e pela Assembleia Geral na reunião de vinte e sete de março 2024.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

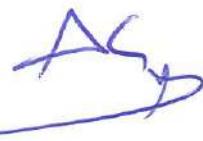
2.1) Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março de 2011, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2) Indicação e justificação das disposições do SNC que em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.



2.3) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do ano anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Associação Flor Tâmega Para Apoio a Deficientes, na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as seguintes bases de apresentação: pressuposto da continuidade, pressuposto do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

3.2. Políticas de mensuração e reconhecimento

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	20
EQUIPAMENTO BÁSICO	5 A 10
EQUIPAMENTO TRANSPORTE	4 A 6
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5 A 10
OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	5 A 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quotas anuais durante as vidas úteis estimadas.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

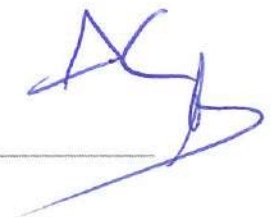
3.2.3 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros respeitam ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) sendo reconhecido como ativo financeiro o valor das entregas efetuadas líquido dos reembolsos realizados pelo Fundo, devendo ser mensurado ao justo valor.

A valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT é reconhecida como rendimento.

3.2.4. Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.



Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.5. Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade, líquido de Impostos, abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.



O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.6. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações/amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.7. Provisões

À data de relato financeiro dos períodos, a entidade não apresentava quaisquer obrigações presentes legais ou construtivas resultantes de acontecimentos passados, para as quais devesse reconhecer provisões nas suas demonstrações financeiras ou divulgadas neste anexo.

3.2.6. Impostos sobre Rendimento

Face ao seu reconhecimento como IPSS a entidade encontra-se isenta de IRC, decorrente deste enquadramento não são reconhecidos quaisquer impostos sobre lucros.

3.2.8. Periodizações

Os seus rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e



pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras contas a receber e a pagar” e em “Diferimentos”

3.2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários imediatamente realizáveis.

3.3. Principais estimativas e suas fontes de incerteza

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos ativos fixos tangíveis (vidas úteis e método de depreciação).

4. Fluxos de caixa

A rubrica de caixa da instituição em 31 dezembro 2023 e 2022 apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Numerário	1.200,65	1.987,33
Depósitos bancários	160.497,76	66.676,05
	<u>161.698,41</u>	<u>68.663,38</u>

5. Ativos fixos tangíveis

A rubrica de ativos fixos tangíveis da instituição em 31 dezembro 2023 e 2022 apresenta os seguintes movimentos:

		2023							
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos Curso	Total
Ativos									
	Saldo inicial	82.687,50	829.601,53	120.218,44	102.319,04	40.755,98	8.612,47	-	1.184.194,96
	Aquisições	-	-	-	-	720,00	4.054,65	141.273,97	146.048,62
	Saldo final	82.687,50	829.601,53	120.218,44	102.319,04	41.475,98	12.667,12	141.273,97	1.330.243,58
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade									
	Saldo inicial	-	40.213,52	88.777,04	48.696,63	24.578,56	6.219,93	-	208.485,68
	Depreciações	-	16.725,43	8.762,65	10.936,02	5.266,54	1.332,57	-	43.023,21
	Saldo final	-	56.938,95	97.539,69	59.632,65	29.845,10	7.552,50	-	251.508,89
Total		82.687,50	772.662,58	-	42.686,39	11.630,88	5.114,62	-	1.078.734,69

		2022							
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total	
Ativos									
	Saldo inicial	82.687,50	826.407,38	118.193,23	102.319,04	39.717,71	8.612,47	1.177.937,33	
	Aquisições	-	3.194,15	2.025,21	-	1.038,27	-	6.257,63	
	Saldo final	82.687,50	829.601,53	120.218,44	102.319,04	40.755,98	8.612,47	1.184.194,96	
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade									
	Saldo inicial	-	23.807,51	80.566,47	39.446,84	19.336,05	5.557,29	168.714,16	
	Amortizações do exercício	-	16.406,01	8.210,57	9.249,79	5.242,51	662,64	39.771,52	
	Saldo final	-	40.213,52	88.777,04	48.696,63	24.578,56	6.219,93	208.485,68	
Total		82.687,50	789.588,01	-	53.622,41	16.177,42	2.392,54	975.709,28	

Em 31 de dezembro de 2023 a instituição tinha 141.273,97 euros de obras em curso relativo ao projeto de construção que visa o desenvolvimento das respostas sociais de lar residencial e serviço de apoio domiciliário. Obra com apoio de financiamento público através da medida Pares 3.0.

A instituição em 31 dezembro 2023 tinha 4.513,32 euros na rubrica de investimentos financeiros (Fundos de compensação), 10.565,97 euros em 31 de dezembro de 2022.

6. Locações

Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a entidade é locatária em um contrato de locação financeira relacionados com equipamentos de transporte.

O bem detido em regime de locação financeira é detalhado conforme se segue:

	2023		2022
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Montante líquido
Equipamento transporte	12.500,00	4.687,50	7.812,50
	12.500,00	4.687,50	7.812,50

7. Ativos fixos intangíveis

A rubrica de ativos fixos intangíveis da instituição em 31 dezembro 2023 e 2022 apresenta os seguintes movimentos;

	2.023	
	Projectos de desenvolv.	Total
Activos		
Saldo inicial	2.632,20	2.632,20
Aquisições	-	-
Saldo final	2.632,20	2.632,20
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	1.754,62	1.754,62
Amortizações do exercício	877,58	877,58
Saldo final	2.632,20	2.632,20
Activos líquidos		

Associação Flor Tâmega Apoio Deficientes
IPSS – Registo nº 38/2006 de 29 março

		2.022	
		Projectos de desenvolv.	Total
Activos			
	Saldo inicial	2.632,20	2.632,20
	Aquisições	-	-
	Saldo final	2.632,20	2.632,20
	Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
	Saldo inicial	877,31	877,31
	Amortizações do exercício	877,31	877,31
	Saldo final	1.754,62	1.754,62
	Activos líquidos	877,58	877,58

8. Ativos financeiros

A rubrica de ativos financeiros da instituição em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresenta a seguinte composição:

ATIVOS FINANCEIROS	31/12/2023		31/12/2022	
	Montante bruto	Montante líquido	Montante bruto	Montante líquido
Disponibilidades:				
Caixa	1.200,65	1.200,65	1.987,33	1.987,33
Depositos à Ordem	160.497,76	160.497,76	66.676,05	66.676,05
	161.698,41	161.698,41	68.663,38	68.663,38
Outras contas a receber	603.274,56	603.274,56	59.285,87	59.285,87
	764.972,97	764.972,97	127.949,25	127.949,25
	764.972,97	764.972,97	127.949,25	127.949,25

A rubrica outras contas a receber é detalhada conforme se segue;

Adiantamento a fornecedores de investimento....1.490,00 euros

Projeto Feder.....18.767,43 euros

Projeto Pares 3.0....578.737,60 euros

Iefp.....4.266,49 euros

9. Diferimentos ativos

A rubrica de diferimentos ativos da instituição em 31 dezembro de 2023 e 2022 apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Diferimentos	<u>4.305,26</u>	<u>2.976,05</u>
	<u>4.305,26</u>	<u>2.976,05</u>

10. Fundos Patrimoniais

A rubrica fundos patrimoniais da instituição em 31 dezembro de 2023 e 2022 apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fundos Patrimoniais		
Reservas	25.167,38	25.167,38
Resultados Transitados	158.301,05	126.523,36
Doações	346.750,00	346.750,00
Outras Variações	<u>1.230.457,83</u>	<u>534.686,51</u>
Total	<u>1.760.676,26</u>	<u>1.033.127,25</u>
Resultado líquido período	<u>44.867,30</u>	<u>31.777,69</u>
Total do fundo capital	<u>1.805.543,56</u>	<u>1.064.904,94</u>

Em 2023 a instituição iniciou o projeto que visa o desenvolvimento das respostas sociais de lar residencial e serviço de apoio domiciliário com o apoio de financiamento público através da medida Pares 3.0. O incentivo encontra-se registado na rubrica outras variações nos fundos patrimoniais.

11. Passivos financeiros

A rubrica de passivos financeiros da instituição em 31 dezembro de 2023 e 2022 apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivos Financeiros		
Estado e outros entes públicos	16.701,52	17.871,81
Fornecedores	1.563,62	929,46
Financiamentos obtidos	26.941,60	21.705,61
Outras Contas a pagar	<u>16.346,79</u>	<u>13.201,67</u>
	<u>61.553,53</u>	<u>53.708,55</u>



12. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica do estado e outros entes públicos da instituição em 31 dezembro 2023 e 2022 apresenta a seguinte composição:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	3.261,00	-	4.211,00
Contribuições para a Segurança Social	-	13.440,52	-	13.660,81
Imposto sobre o valor acrescentado	14.570,85	-	535,36	-
	<u>14.570,85</u>	<u>16.701,52</u>	<u>535,36</u>	<u>17.871,81</u>

13. Redito

A rubrica de rédito reconhecido pela instituição em 31 dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Redito		
Prestação de serviços	27.766,66	22.997,00
	<u>27.766,66</u>	<u>22.997,00</u>

14. Subsídios recebidos

A rubrica de subsídios reconhecidos pela instituição em 31 dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Subsídios		
Instituto S. Social I.P	429.721,83	713.106,04
Autarquias	409.542,75	-
Outras entidades	-	31.569,27
	<u>839.264,58</u>	<u>744.675,31</u>

15. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “fornecimentos e serviços externos” reconhecidos pela instituição nos exercícios findos em 31 dezembro 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecimentos Serviços Externos		
Serviços Especializados	12.593,37	12.462,62
Materiais	9.767,04	6.137,83
Energia e Fluidos	19.967,61	17.183,71
Deslocações, estadas e transportes	1.436,60	835,18
Serviços diversos	23.005,68	22.388,06
Outros	25.130,93	13.867,86
	<u>91.901,23</u>	<u>72.875,26</u>

16. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” a apresentada pela instituição nos exercícios findos em 31 dezembro 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Gastos com o pessoal		
Remunerações do pessoal	596.045,69	538.870,82
Encargos sobre remunerações	123.176,11	111.041,80
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	4.519,82	5.641,49
Gastos de ação social	1.577,18	1.289,44
	<u>725.318,80</u>	<u>656.843,55</u>

17. Depreciações

A rubrica “gastos / reversões de depreciação” nos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		
Ativos fixos tangíveis	43.023,21	39.771,52
Ativos fixos intangíveis	877,58	877,31
	<u>43.900,79</u>	<u>40.648,83</u>

18. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica decomposição da rubrica de “outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2023 e 2022 é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Outros rendimentos e ganhos		
Imputação subsídios para investimentos (Feder)	27.650,68	27.650,68
Donativos	14.956,12	8.992,05
Quotizações	828,00	78,00
	<u>43.434,80</u>	<u>36.720,73</u>

19. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de “outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 dezembro 2023 e 2022 é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Outros gastos e perdas		
Impostos	2.692,96	216,52
Correcções periodos anteriores	844,93	647,00
Quotizações	132,00	-
	<u>3.669,89</u>	<u>863,52</u>

20. Gastos financiamento

A decomposição da rubrica “Gastos de Financiamento” nos exercícios em 31 dezembro 2023 e 2022 é conforme se segue;

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos Financiamento		
Juros suportados	808,03	1.384,19
	<u>808,03</u>	<u>1.384,19</u>

21. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023, a Direção entende que os impactos (ou potenciais impactos) decorrentes pela continuação da guerra na Ucrânia, que prossegue sem perspectivas de resolução no curto prazo e o surgimento de um novo conflito no medio oriente, não afetarão o princípio da continuidade. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas. As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de

dezembro de 2023 foram aprovadas na reunião da Direção em 26 de março de 2024 e serão submetidas para aprovação pela Assembleia geral no dia 27 de março de 2023.

O Contabilista Certificado



A Direção



FLOR DO TÂMEGA - CHAVES
Associação de Apoio a Deficientes
NIF 504 229 265